



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E DINÂMICAS LOCAIS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**“Pais Positivos” – do Programa “Mais Família –
Mais Criança”, na Comissão de Proteção de
Crianças e Jovens em Risco de Santarém**

Sara Andreia Varela Gralheira

Julho de 2017



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E DINÂMICAS LOCAIS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

“Pais Positivos” – do Programa “Mais Família – Mais Criança”, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Santarém

Sara Andreia Varela Gralheira

Relatório de Estágio, para obtenção de grau de Mestre em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, orientada pela Professora Doutora Maria Filomena Ribeiro da Fonseca Gaspar.

Julho de 2017

“Belo sonho, que precisa ser sonhado por muitos, pois, como disse o poeta, sonho que se sonha só, é só um sonho, mas sonho que se sonha em conjunto é realidade.”

Cristiano Farias, 2002

Aos que acreditaram,
o meu muito obrigada!

Agradecimentos

Com o terminar de todos estes meses desafiadores, não me poderia sentir mais concretizada e orgulhosa comigo mesma! Surpreendi-me, ultrapassei-me e demonstrei a mim própria que nada é impossível.

Primeiramente tenho que agradecer aos principais pioneiros desta conquista, os meus pais! Sem eles esta aventura nunca teria sido possível, sem eles nada disto tinha acontecido. A eles devo todos estes anos de aprendizagem que me proporcionaram tal como todos os meus sucessos!

Agradecer também a outra grande pioneira deste enorme sucesso, a minha irmã, que se tornando agora numa mulher, ela própria vai lutar pelos seus anos de aprendizagens.

Obrigada agora às minhas colegas, que mesmo longe, sempre estiveram perto. À fantástica orientadora Professora Doutora Maria Filomena Gaspar, que tanto apoiou todo este processo e que fomentou em mim este enorme gosto pela Educação Parental.

Obrigada agora à CPCJ de Santarém, especialmente ao meu orientador local, Dr. Eliseu Raimundo, por me terem recebido durante estes meses e por me terem deixado “entrar” no vosso dia-a-dia.

Ao meu companheiro, por tanto me ter escutado, pelo que fez por mim nestes últimos meses para que tudo resultasse e para que no final restasse o triunfo para recordar.

Às voluntárias que estiveram sempre presentes em todas as sessões desenvolvidas, pela disponibilidade, empenho e pela vontade de participar e me ajudar todos os dias, sendo elas: Ana Barradas, Ema Silva, Silvia Mira e Débora Neto, futuras profissionais da Educação, o meu muito obrigada!

O meu obrigada também à mais recente Mestre e motivadora do meu sucesso, Beatriz Palha!

Obrigada ao Professor Eliseu Raimundo, meu orientador de estágio, que disponibilizou o espaço “Ludoteca” para desenvolver as sessões, sendo este um espaço bastante acolhedor e sossegado para o desenvolver das mesmas.

Obrigada também às funcionárias e estagiárias da Ludoteca por sempre me terem recebido com um sorriso!

E por fim, de extrema importância, um especial obrigado às famílias que participaram nas sessões, por toda a motivação e interesse demonstrado!

Obrigada!

Resumo

O presente relatório intitulado, “Pais Positivos” – do Programa “Mais Família – Mais Criança”, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Santarém - relata o estágio realizado no âmbito do mestrado de Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, para obtenção do grau de Mestre, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Este estágio teve como objetivo construir, implementar e avaliar um programa de Intervenção no âmbito da Educação Parental. O projeto foi desenvolvido com um grupo de pais de famílias sinalizadas e acompanhadas com o principal objetivo de criar uma boa relação entre estes pais e os seus filhos. Pretendeu-se com o mesmo, implementar o programa numa pequena amostra de famílias sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Santarém, a fim de perceber se esta intervenção terá alguma mudança positiva na vida destas famílias, bem como na resolução dos seus problemas e assim, atuar não só na promoção e proteção, com também na prevenção no que respeita ao futuro.

É objetivo conseguir com este trabalho, uma valorização do papel da Educação Parental como modo de aumentar a relação entre os pais e os filhos, promovendo assim o bem-estar das crianças bem como a sua proteção e, por conseguinte, o seu crescimento seguro e saudável. Para que isto fosse possível foi implementado o programa “Mais Família – Mais Criança” para pais de crianças em idade pré-escolar, ao longo de doze sessões, através das quais se pretendeu reduzir os riscos e minimizar os danos, dando “ferramentas” a estes pais para que obtenham competências parentais.

A implementação deste programa no âmbito de uma Comissão de Proteção, tem o intuito de demonstrar a importância de trabalhar a Parentalidade neste patamar de intervenção, incentivando a futuras intervenções nesta área.

Palavras-chave: Parentalidade; Educação Parental; Família; Promoção; Prevenção.

Abstract

This report, titled "Positive Parents" - from the "More Family - More Child" Program, in the Commission for the Protection of Children and Young People at Risk in Santarém - describes in a descriptive way the internship done in the Social Education, Development and Local Dynamics, to obtain the Master degree, at the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra. This internship aimed at building, implementing and evaluating a Parental Education Intervention program. The project was developed with a group of parents of families signaled and accompanied with the main objective of creating a good relationship between these parents and their children. The intention was to implement the program in a small sample of families signaled by the Commission for the Protection of Children and Youth at Risk in Santarém, in order to understand if this intervention will have any positive change in the lives of these families, as well as in the resolution of Their problems, and thus, to act not only in promotion and protection, but also in prevention as regards the future.

The aim of this study is to enhance the role of Parental Education as a way to increase the relationship between parents and children, thus promoting the well-being of children and their protection and, therefore, their safe and secure growth. healthy. In order to make this possible, the "More Family - More Child" program was implemented for parents of pre-school children, who completed a work during twelve sessions, about three months, through which Risks, thus minimizing harm, giving "tools" to these parents to obtain parental skills.

The implementation of this program in the framework of a Protection Commission aims to demonstrate the importance of working on this level of intervention, encouraging future interventions in this area.

Keywords: Parenting; Parental Education; Family; Promotion; Prevention.

Índice de conteúdo

Parte I.....	3
ENQUADRAMENTO CONCETUAL E INSTITUCIONAL	3
Capítulo 1 – A família é sempre “capaz” de cuidar!?	4
1.1. Problematização sobre competências parentais.....	4
1.2. Novas formas de famílias	4
Capítulo 2 – Risco ou Perigo? - Conceitos distintos	4
2.1. Conceito de Risco.....	4
2.2. Conceito de Perigo	5
2.3. Lei de proteção de crianças e jovens em risco.....	6
Capítulo 3 – Pesquisa por uma clarificação concetual	7
3.1. Definição de Educação Parental	7
3.2. Políticas de apoio à Educação Parental.....	9
3.3. A intervenção em Educação Parental	9
3.4. Ser: Educador Social, Educador Parental ou ambos!?	11
3.5. Dimensões da parentalidade	11
3.6. Tipologias de Educação Parental.....	14
3.6.1. Tipologia de Pugh et al. (1994).....	14
3.6.2. Tipologia de Boutin e Durning (1994)	15
3.6.3. Tipologia de Smith (1997).....	16
3.6.4. Tipologia de Karol Kumpfer (1999).....	17
Capítulo 4 – Enquadramento institucional	18
4.1. O que é a CPCJ?	18
4.2. Membros que a constituem.....	19
4.3. Atividades que desenvolve	19
4.4. Processo de sinalização – ao arquivamento.....	19
4.5. Porquê Parentalidade na CPCJ?	20
Parte II	21
Capítulo 1 – Programas inspiradores.....	22
1.1. Programa Anos Incríveis – Básico para pais	22
1.2. “Mais Família – Mais Jovem”	22
1.3. Programa “Mais Família – Mais Criança”	23
Capítulo 2 – Estudo Empírico	23

2.1. Considerações iniciais	23
2.1.2. Diagnóstico.....	24
2.1.3. Sessões do programa	25
2.2. Questões e objetivos	25
2.3. Caracterização da Amostra.....	26
2.4. Instrumentos	26
2.4.1. Entrevista inicial	27
2.4.2. Questionários de avaliação das sessões	27
2.4.3. Questionário final	27
2.4.4. Registo de acontecimentos	27
2.6. Análise dos Resultados: – Avaliação da Satisfação Semanal com as Sessões – Pais	28
2.6.1. Assuntos tratados.....	28
2.6.2. Orientações dos orientadores.....	29
2.6.3. Grupo	30
2.6.4. Atividades.....	31
2.6.5. Conclusão das avaliações dos questionários	32
2.7. Questionário de satisfação final do programa – Pais.....	33
2.7.1. Explicações e informações	33
2.7.2. Discussão entre o grupo.....	33
2.7.3. Práticas e estratégias em casa	34
2.7.4. Informações e conteúdos	34
2.7.5. Lidar com o mau comportamento.....	34
2.7.6. Recomendaria o programa.....	34
2.7.7. Temas	35
2.7.8. Globalmente o conjunto de temas e técnicas.....	35
2.7.9. Tema mais importante	35
2.7.10. Tema que mais ajudou na relação com o filho/a	36
2.7.11. Caso existisse oportunidade continuaria a frequentar o programa	37
2.7.12. Apreciação final global.....	38
2. Considerações finais	39
3. Bibliografia.....	43
Parte III - Anexos	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Dimensões da parentalidade de Hughghi (2004).....	12
Figura 2 - Tipologia de Pugh et al (1994).	14
Figura 3 - Tipologia de Boutin & Durning (1994).	16
Figura 4 - Tipologia de Smith (1997).....	16
Figura 5 - Tipologia de Karol Kumpfer (1999).....	17

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Características da amostra.	26
Tabela 2 – Assuntos tratados: importância por sessão.	29
Tabela 3 - Orientações do dinamizador: importância por sessão.	30
Tabela 4 - "Grupo": importância por sessão.....	31
Tabela 5 - "Atividades" importância por sessão.....	32
Tabela 6 – Grau de satisfação - questionário final.	33

Índice de Anexos

Anexo 1 – Calendário do Programa	50
Anexo 2 - Descrição das Sessões	51
Anexo 3 – Questionário de Avaliação das Sessões	52
Anexo 4 – Questionário de Avaliação Final da Formação	53
Anexo 5 – Diploma Final	54
Anexo 6 – Digitalização das Avaliações Finais	55
Anexo 7 – Trabalho final realizado por formanda	56
Anexo 8 – Apoio e arrumação dos materiais da sessão.....	57
Anexo 9 – Exemplos de recompensas dadas nas sessões.....	58
Anexo 10 – Esquema da Análise SWOT.....	59

Lista de Abreviaturas

CPCJ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CNPDPCJ Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das
Crianças e Jovens

RSI Rendimento Social de Inserção

Introdução

A Educação Parental tem sido considerada uma problemática bastante atual, esta que tem sido alvo de uma enorme intervenção através do programa “Mais Família – Mais Criança”. Este programa tem contado com resultados bastante positivos junto de técnicos de variadas áreas que mantêm contacto com crianças, numa perspetiva de proporcionar uma melhor relação entre ambos, o que leva assim a resultados mais positivos no trabalho.

Os desafios que os pais enfrentam nos dias que correm no desempenho das funções parentais, tem estimulado para a procura de respostas e apoios aos que intervêm nestas mesmas áreas, neste difícil processo que é educar.

O presente relatório tem como objetivo apresentar o percurso realizado, realçando a importância de a Educação Parental ser implementada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). Atendendo a que é um público alvo de risco é importante trabalhar de forma empenhada e dedicada, tendo sempre em vista, e tal como a própria Comissão trabalha, a proteção da criança, não só a curto prazo, ou seja, trabalhando apenas com a criança mas também a longo prazo, trabalhando também com os progenitores da mesma, de modo a evitar eventuais situações no futuro e tornando assim o ambiente do meio familiar mais saudável e positivo.

Este relatório intitulado de “Pais Positivos”, é fruto de um estágio com a duração de sete meses na instituição referida, no âmbito do segundo ano do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Universidade de Coimbra, obtendo assim o grau de mestre.

A concretização deste trabalho apoiado na temática da Educação Parental, fundamenta-se na ambição de demonstrar a necessidade que uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco tem de ter alguém a trabalhar nesse mesmo domínio de intervenção, atendendo que é importante, com certeza, proteger a criança, mas não menos importante apoiar os pais, de modo a que estas sinalizações sejam evitadas ou reduzidas.

O programa foi aplicado a pais de crianças entre os dois e os seis anos, para que seja desde logo precoce a intervenção, começando assim o trabalho no âmbito da redução de eventuais riscos no futuro.

O título concedido ao relatório relata o trabalho ao longo destes meses de apoio e acompanhamento das famílias, promovendo uma parentalidade positiva e eficaz, tornando estes pais mais positivos e, portanto, mais felizes na sua relação com os filhos.

Este relatório divide-se em duas partes - Na primeira parte, designada Componente Teórica, encontram-se os capítulos do enquadramento teórico referente à Educação Parental, onde será apresentada uma definição do conceito, bem como a fundamentação aquando a sua intervenção. Será também apresentado o perfil do profissional em Educação Parental, bem como as suas políticas de apoio. Por último, mas não menos importante, estão descritas as tipologias de programas de Educação Parental. Será também descrito o papel da família enquanto cuidadora, a problematização das competências parentais, as novas formas de família e ainda os estilos parentais. Para completar esta parte, apresentar-se-á o conceito de risco e o conceito de perigo, bem como a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Finalizamos este capítulo com a caracterização da instituição onde foi concretizado o estágio, sendo esta, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Santarém, onde estará discriminado o que é, os membros que a constituem, os seus parceiros, as atividades que nela se desenvolvem, o seu plano de ação, os principais motivos de sinalização, o processo de abertura dos casos ou reabertura, o processo de promoção dos direitos e proteção das crianças, os acordos de promoção e proteção, e por fim, o arquivamento dos mesmos.

No que respeita à segunda parte deste relatório – Programa de Intervenção – apresentamos os capítulos que fazem parte do desenvolvimento do projeto de intervenção aplicado a uma amostra de famílias sinalizadas para a CPCJ, onde estarão discriminados os conteúdos do programa e os respetivos objetivos. De seguida, como segundo capítulo, temos os objetivos do programa no contexto do estágio, bem como as estratégias, metodologias e recursos utilizados, uma breve caracterização da amostra e para finalizar as sessões discriminadas e organizadas por conteúdos.

O terceiro capítulo desta segunda parte integra a avaliação detalhadas das sessões por parte das dinamizadoras e por parte do grupo, bem como os resultados dos questionários finais do programa. No que respeita ao quarto e último capítulo, está descrito a discussão teórica dos resultados, onde será confrontada a teoria com a prática, as considerações finais as referências bibliográficas e os anexos.

Parte I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E INSTITUCIONAL

Capítulo 1 – A família é sempre “capaz” de cuidar!?

A família tem um papel determinante no processo de desenvolvimento da criança, cabe a esta a responsabilidade de cuidar e proteger a criança, atendendo a prestação de cuidados de saúde, necessidades básicas e afetivas da criança.

1.1. Problematização sobre competências parentais

É notória a importância da promoção de competências parentais associadas a boas práticas educativas, para que assim seja desenvolvida uma parentalidade positiva.

É tido como grande objetivo da Educação Parental o desenvolvimento de competências parentais adequadas a cada criança e a cada situação familiar, atendendo sempre ao desenvolvimento integral da criança.

1.2. Novas formas de famílias

Para trabalhar com famílias é importante compreender o desenvolvimento dos processos das mesmas, concebidos através de modelos comunicacionais e relacionais, avaliar fatores de risco e possíveis dificuldades a intervir.

As famílias são então, no presente, as famílias diferentes do passado, não são nem melhores nem piores, são apenas diferentes, modificaram-se com o tempo e com o avançar da própria sociedade, modificaram-se porque tudo o que as rodeia se modificou também, acompanharam as mudanças.

Novas formas de famílias, designa-se ao processo de divórcio ou já divorciados, as famílias reconstruídas, monoparentais, adotivas ou homossexuais, estas são consideradas por Dias M. O., 2011 (cit in Giddens, 1999), como famílias “nuclear”, ou seja, famílias compostas por duas pessoas do mesmo sexo e respetivos filhos biológicos ou adotados.

Capítulo 2 – Risco ou Perigo? - Conceitos distintos

2.1. Conceito de Risco

Segundo o *blog* da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (<http://www.cnpcjr.pt/>), “o conceito de risco de ocorrência de maus tratos em crianças é mais amplo e abrangente do que o das situações de perigo, tipificadas na Lei, podendo ser difícil a demarcação entre ambas. As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (e.g.: as situações de

pobreza), embora não atingindo o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra.”

“A manutenção ou a agudização dos factores de risco poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, na ausência de factores de protecção ou compensatórios.”

Nestes casos a intervenção procura eliminar o perigo em que a criança se encontra, através de medidas de promoção e protecção, e ainda a prevenção de possíveis reincidências.

2.2. Conceito de Perigo

Tendo em conta que nem todas as situações de perigo acontecem necessariamente após uma situação de risco, esta pode instalar-se a partir de uma situação de “crise aguda” que segundo o *site* da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, decorrem de mortes, divórcios, separações, entre outras.

De acordo com a mesma fonte, “nas situações de risco, a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista a prevenção primária e secundária das situações de perigo, através de políticas, estratégias e acções integradas, e numa perspectiva de prevenção primária e secundária, dirigidas à população em geral ou a grupos específicos de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. e.g.: campanhas de informação e prevenção; acções promotoras de bem-estar social; projectos de formação parental; respostas de apoio à família, à criança e ao jovem, RSI (Rendimento Social de Inserção), prestações sociais, habitação social, alargamento da rede pré-escolar.”

A protecção jurídica estipulada para as crianças (menores de 18 anos) torna-se, sem margem para dúvidas, um elemento fundamental, ainda para mais quando se tratam de crianças em situação de perigo.

Segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2015, artigo 3.º , p.3) “considera-se que [estas] se encontram numa situação de perigo quando designadamente, se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequadas à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu

equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

2.3. Lei de protecção de crianças e jovens em risco

Segundo a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens (2015), “[a] intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios: Interesse superior da criança – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem; Privacidade – a promoção dos direitos da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; Intervenção precoce – a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida; Intervenção mínima – a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo; Proporcionalidade e actualidade – a intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade; Responsabilidade parental – a intervenção deve ser efectuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem; Prevalência da família – na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a adopção; Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; Audição obrigatória e participação – a criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e protecção; Subsidiariedade – a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.” (Lei nº 147/99 – Lei da Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de 1 de Setembro – Artº 58).

Esta lei aplica-se a todas as crianças ou jovens em perigo que se encontrem em território nacional, esta tem lugar aquando os pais, representante legal ou quem tenha a

guarda do menor, ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando este perigo advenha da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança não se opondo de forma a removê-lo (Art. 3º, nº1, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

De modo a garantir a harmonia na intervenção foi antecipado pelo legislador um sistema de comunicações entre as variadas entidades, instituições ou tribunais.

Capítulo 3 – Pesquisa por uma clarificação concetual

Este capítulo debruça-se numa revisão da literatura pertinente para o tema aqui apresentado com as definições dos conceitos chave designados “Educação Parental”, a sua intervenção, quais as políticas de apoio definidas para a área como ainda as diferentes tipologias de programas de Educação Parental. Bento (2012), afirma que:

“A revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.” (p.1)

3.1. Definição de Educação Parental

De acordo com o Artigo nº27 da Convenção dos Direitos das Crianças (ONU/UNICEF, 1990), considera ser da “responsabilidade parental e de outros cuidadores assegurar, de acordo as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança”.

Segundo Fine, 1989 (citado por Simões, 2013, p.3) “o conceito da intervenção em Educação Parental é multifacetado e engloba programas e serviços disponibilizados ao nível do setor público e privado, a pais de diferentes níveis educacionais e económicos e a crianças com ou sem necessidades ou características específicas.” Esta definição de Educação Parental aponta para uma “globalização” da parentalidade, aplicando estas

competências a qualquer idade ou meio social de origem, podem assim ser implementadas a todas as famílias, atendendo que os serviços disponibilizados poderão ser de caráter educativo e preventivo, sempre com o principal objetivo de educar para a prevenção de riscos e para uma projeção de um futuro familiar saudável e estruturado.

No que respeita à função parental é considerada a educação dos filhos como a mais complexa função a desempenhar pelos pais, o processo educativo assume que os pais passem para os filhos determinados valores e que estes os interiorizem e coloquem em prática, estes princípios que são transmitidos de geração em geração são fundamentais.

Estes pais e mães procuram transmitir aos seus filhos valores familiares no seu quotidiano, ainda que o façam grande parte das vezes de modo inconsciente.

Hoghugh (2004), Reader, Duncan, e Lucey (2005) e Maccoby (2000), (todos citados por Barroso e Machado 2010) definem o conceito de Parentalidade como o “conjunto de actividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança num ambiente seguro de modo a socializar a criança e atingir o objectivo de torna-la progressivamente mais autónoma”.

Reder, Duncan e Lucey, 2005 (citados por Barroso e Machado, 2010) definem como contruídos socialmente os critérios que podem definir uma parentalidade eficaz, atendendo que o conceito está sujeito a impressões subjetivas e crenças culturais ou preocupações subjacentes a variados contextos.

Pugh, De´Ath e Smith, 1994 (citados por Fonseca e Carvalho, 2011 e por Gaspar, 2005), definem a Educação Parental como “Um conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos e aumente a qualidade das relações entre eles. Estas actividades ajudarão a criar um conjunto de serviços de suporte nas próprias comunidades locais e as famílias a utilizarem-nas de forma vantajosa.”

É assim considerado como objetivo crucial da Educação Parental, a ajuda aos pais/técnicos ou qualquer pessoa que trabalhe com crianças e queira aprender mais, o desenvolvimento de autoconhecimento e autoconfiança ao trabalhar com as crianças e ainda o aumento das suas capacidades de apoio e ajuda no desenvolvimento das suas crianças.

Posto isto, são vários os autores que procuram definições para o conceito, este que se revela ser tão complexo aquando a sua prática e tão particular de cada ser humano, até um pouco automatizado, como se já nascesse connosco, no entanto nem todos o colocam em prática da forma mais positiva e eficaz.

Simão (2013, p.4) refere ainda que “A Formação de Pais pode ainda ser definida como o processo de proporcionar aos pais ou outros prestadores de cuidados, conhecimentos específicos e estratégias para ajudar a promover o desenvolvimento da criança”, isto promove assim um desenvolvimento integral da mesma, assegurando os cuidados básicos promovendo assim um crescimento integral e positivo da criança.

Para terminar e apoiando agora uma outra definição de Boutin e Durning, 1994, (citados por Gaspar, 2005) considerando “formation parentale” ao invés de “éducation parentale” como sendo um modo de aumentar a consciência dos pais na utilização das suas competências parentais. Esta formação implica sensibilização através de ações educativas, aprendizagem, treino, atitudes e práticas educativas parentais, é assim importante desenvolver as formações com pais, acompanhando os mesmos no processo de mudança e adequação das ferramentas aos seus filhos, despertando-os para a necessidade de “trabalharem” com os mesmo atendendo à sua idade e desenvolvimento, pois as crianças não são todas iguais e é então importante trabalhar com elas consoante as suas necessidades.

3.2. Políticas de apoio à Educação Parental

O grande pilar que sustenta as ações legislativas no que concerne à Educação Parental é o quadro normativo da Convenção dos Direitos da Criança, pois compromete os países, ao assinarem, a cumprirem um conjunto de diretrizes, recomendações e orientações, sustentado ainda pela Constituição da República Portuguesa. Um outro grande pilar na promoção da Educação Parental é o Conselho da Europa, que cada vez mais promove recomendações na área, sendo a que melhor respeita os direitos das crianças.

Estas políticas são desenvolvidas através de programas de intervenção ou aconselhamento no que respeita à Educação Parental, para garantir que as crianças têm asseguradas as suas necessidades básicas, tais como “o bem-estar físico e psicológico”, apontando assim para o seu desenvolvimento integral.

3.3. A intervenção em Educação Parental

É de extrema importância intervir no seio das famílias ou profissionais que trabalham com crianças. Na formação parental “as taxas de sucesso vão de 0,3 a 1,3 em crianças referenciadas clinicamente”; “os programas de formação de pais realizados em formato grupal são mais bem-sucedidos do que a formação em formato individual”; e

ainda “os programas em grupo podem ser até seis vezes mais rentáveis e são mãos aceitáveis por parte dos pais” de acordo com Barlow, 1997 e Rooke, 2004.

A Educação Parental pode ser desenvolvida em variados contextos e ainda em diferentes formatos, adaptando-se a vários públicos atendendo às suas necessidades.

Para este caso específico da aplicação deste projeto de Educação Parental foi especificamente pretendida a reflexão por parte dos pais, bem como uma motivação para a mudança com o intuito de promover uma autonomia na aplicação e adaptação de estratégias propostas.

É pois missão do formador, de modo a facilitar a mudança parental, criar um contexto de segurança entre o grupo e a formadora, bem como de confiança, para uma possível reflexão e autoconhecimento.

De extrema importância é, também, normalizar situações, reforçar a intenção bem como a possibilidade de mudança, apresentar a solução para problemas flexíveis de adaptação a variadas situações. Para que a intervenção resulte é necessário conhecer o público-alvo, bem como adaptar a formação aos mesmos, de forma a clarificar dificuldades e ajudar na resolução de problemas.

Segundo Smith (1997), é necessária uma formação específica para os profissionais da Educação Parental complementada com pré-requisitos, tais como: experiência com pais e crianças; aptidões de comunicação e resolução de problemas; consciência das suas experiências como crianças e vida familiar; capacidade e disponibilidade para partilhar e escutar, de modo positivo, experiências pessoais de transição para a parentalidade e vida familiar, colocando de lado juízos de valor, e ainda a capacidade de acompanhar o ponto em que se encontra cada pai ou mãe, ou seja, “cada caso, é um caso”.

São então importantes nove características essenciais de um profissional para a eficácia de um programa, sendo elas: aptidão de comunicação e escrita; afeto positivo, autenticidade e empatia; abertura à experiência e capacidade de partilhar; sensibilidade à família e aos processos grupais; dedicação, cuidado e preocupação para com as famílias; flexibilidade; humor; credibilidade, e por fim, experiência pessoal com crianças, quer como pai/mãe ou enquanto profissional.

É crucial desenvolver nos programas de formato grupal, na área da Educação Parental, estratégias como: dinâmicas de grupo; momentos de debate e competências de aconselhamento.

3.4. Ser: Educador Social, Educador Parental ou ambos!?

Quando se trata do perfil profissional do Educador Parental, desde logo é questionado qual será o técnico habilitado para tal, será o psicólogo? Terapeuta? Pediatra? Enfermeiro? Professores? Educadores de Infância? Assistentes Sociais? Educadores Sociais? Há uma formação académica específica para desempenhar estas funções?

A Educação Social é considerada uma prática educativa, direcionada para o desenvolvimento da socialização dos indivíduos, com vista a dar respostas ajustadas aos seus problemas e necessidades, utilizando como estratégia as potencialidades de cada um. Foca-se no trabalho educativo a pessoas e grupos que fazem parte da realidade social. Posto isto e de acordo com Díaz (2006):

“A maior dificuldade para definir o termo educação social encontra-se no facto de este conceito estar claramente ligado ao contexto social, às formas políticas dominantes, à cultura existente, ao modelo económico, à realidade educativa e, tudo isto, como é lógico, em relação a um espaço e a um tempo concretos. Não existe, portanto, uma maneira unívoca de entender a educação social. Por isso existem diversas concepções sobre a mesma.”

A Educação Social é desenvolvida consoante o público-alvo com quem se está a trabalhar, não existe um método estereotipado é sim de conhecimento que a mesma se adapta a variadas situações e contextos, daí ser uma área tão abrangente.

3.5. Dimensões da parentalidade

De acordo com Hughghi, 2004, citado por Barroso e Machado, 2010, são onze as dimensões da parentalidade, para melhor compreender essas dimensões é apresentado o quadro adaptado de Hoghughi (Figura 1).

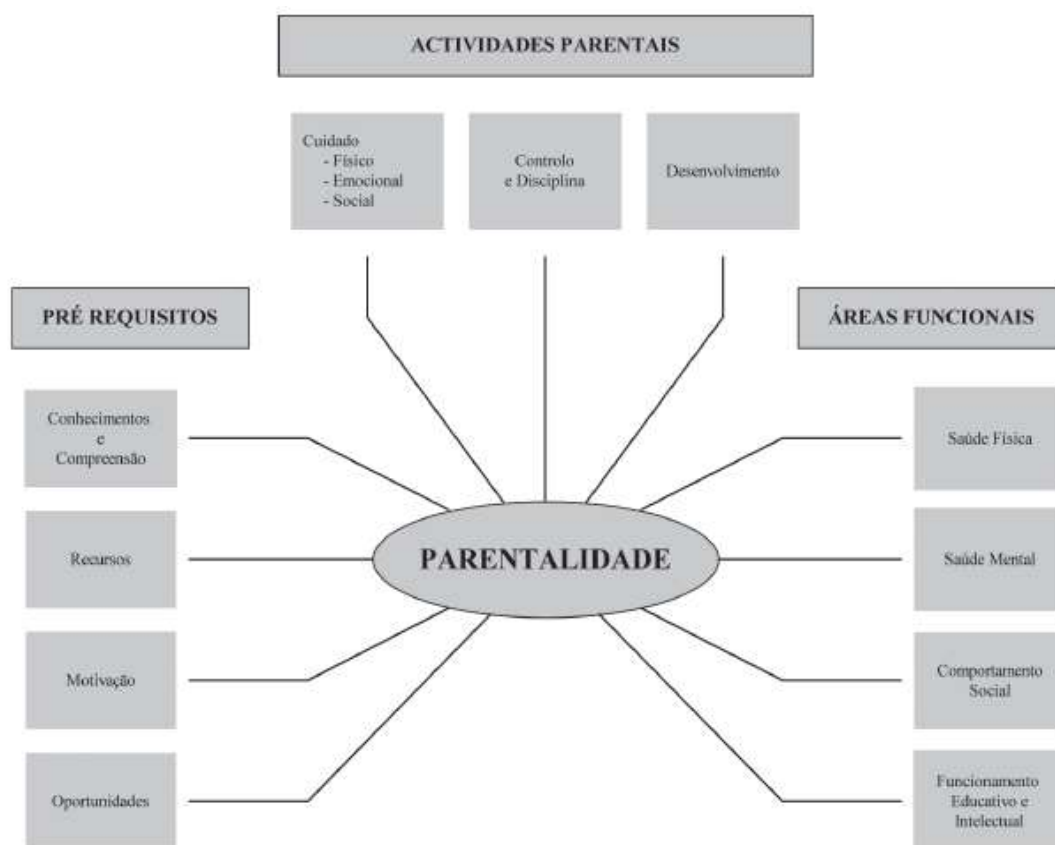


Figura 1 - Dimensões da parentalidade de Hughghi (2004).

De acordo com o autor (cf. Figura 1) a parentalidade é dividida em Atividades Parentais ao que o autor considera o conjunto de atividades que são necessárias para uma parentalidade suficientemente adequada; as áreas funcionais, que são consideradas pelo autor como os principais aspetos do funcionamento da criança; e os Pré-requisitos que ainda de acordo com o autor, este considera como sendo o conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental.

No que respeita à primeira divisão “Atividades Parentais” o autor destaca as dimensões do cuidado, disciplina e desenvolvimento, estes que têm como objetivos “assegurar a prevenção de adversidades que possam fazer sofrer a criança, assim como promover situações positivas que a ajudem ao longo da sua vida”, posto isto, os pais terão que garantir o cumprimento das necessidades básicas dos seus filhos. No que concerne aos cuidados a nível físico são discriminados na garantia de “alimentos, proteção, vestuário, higiene, hábitos de sono, assim como a precaução de acidentes ou de doenças preveníveis ou a tomada de ações rápidas para uma resolução eficaz” sempre que estas ocorram. Nos comportamentos e atitudes, integram os cuidados emocionais, estes asseguram o respeito pela criança como cidadão e o seu direito em ser bem tratado, podendo assim desenvolver

competências a nível de controlar riscos e tomar as suas próprias decisões. A vinculação é tida como desempenho de um papel bastante importante no desenvolvimento saudável da criança. Os cuidados sociais em que o seu objetivo é proteger a criança de um isolamento dos seus pares ou progenitores, estes que são elementos importantes no seu desenvolvimento. Neste parâmetro pretende-se garantir condições para que a criança seja socialmente competente, integrada em casa e na escola, aceitando responsabilidades no que respeita ao desempenho de tarefas, bem como na relação com o outro. O controlo da disciplina, passa tal como o próprio nome indica, por colocar limites e regras às crianças, sempre apropriando a sua idade.

Focando agora as “Áreas funcionais” estas estão mais direcionadas para a atenção por parte dos responsáveis pela criança, ou seja, a funcionalidade física respeita aos aspetos relacionados com a saúde da criança. No funcionamento intelectual, pretende-se que os pais executem os cuidados necessários para fomentar a aprendizagem dos conteúdos académicos e estimular as competências educacionais. No que respeita ao comportamento social, o autor descreve que neste “realça-se a obtenção de competências de resposta apropriada nos relacionamentos sociais e o reconhecimento e a internalização das normas culturais e legais do comportamento respeitantes a pessoas e propriedades.”

Para finalizar, surge os elementos “saúde mental”, que integra os pensamentos, os sentimentos e comportamentos que a criança transmite em relação a si e na relação com o outro, aqui estão envolvidas questões clínicas.

Fazem ainda parte do modelo, os pré-requisitos cruciais para o desenvolvimento da atividade parental onde estão incluídos os conhecimentos, a compreensão, a motivação e os recursos e as oportunidades. No que respeita às duas primeiras, pretende-se que os pais, dotados de competências parentais, reconheçam as necessidades dos filhos durante a vida. O conhecimento e a compreensão são pontos essenciais para que exista um processo parental efetivo, pretende-se que os pais conheçam a criança, sabendo interpretá-la e responder ao que precisa de forma apropriada. Estes pré-requisitos estão ligados com a motivação, este que aponta para os desejos e compromissos dos pais para garantir uma socialização da criança em boas condições. Os recursos neste modelo, apontam-nos o que é necessário para um bom desempenho da atividade parental, remetendo para a interação com a criança e a forma como o fazemos. Por último, as oportunidades, como por exemplo o tempo que é necessário para que os pais desempenhem de um modo melhor as suas funções parentais.

3.6. Tipologias de Educação Parental

Passamos agora a apresentar uma síntese de quadro de tipologias apoiado nas abordagens propostas por Gaspar (2005) de Pugh e colaboradores (1994), Boutin e Durning (1994), Smith (1997) e Kumpfer (1999) todos eles citados por Gaspar (2005).

Sendo esta uma nova abordagem de intervenção é necessária uma organização, onde as abordagens dirigidas a pais e os seus objetivos e fundamentações são de extrema diversidade. É então importante ter em conta as tipologias a seguir definidas.

3.6.1. Tipologia de Pugh et al. (1994)

Segundo Pugh e colaboradores (1994) a Formação Parental deve incorporar a intervenção com os jovens numa perspetiva preventiva, antecipando o seu futuro papel enquanto pais, sendo acompanhados durante a gravidez e na passagem para a parentalidade, esta pode ser desenvolvida com pais e filhos ou só com os pais.

Tipologia de Pugh et al (1994)			
Intervenção com jovens antes da conceção (Family life education)	Apoio durante a gravidez e transição para a parentalidade (Preparation for family life)	Trabalho com pais e seus filhos (Support for parents)	Educação Parental (Parent and Parenting education)
Figura 2 - Tipologia de Pugh et al (1994).		<ul style="list-style-type: none"> - Grupos e cursos de Educação Parental abertos; - Cursos para pais implementados por especialistas; - Programa de cooperação casa-escola. 	

Esta intervenção realiza-se com grupos diferenciados (Support for parents/ Parent or parenting education), como representado na Tabela 1, este pode assumir um formato de um curso de Educação Parental aberto; de um curso dinamizado por especialistas e um programa de cooperação nas escolas. É ainda de extrema importância destacar a intervenção com os jovens antes de estes serem pais, trabalhando aqui numa perspetiva de prevenção para a fase seguinte.

3.6.2. Tipologia de Boutin e Durning (1994)

Esta foi uma das primeiras tipologias da Educação Parental a ser implementada, sendo considerada como a mais completa. Estes autores apontam a inscrição institucional, a orientação geral e os métodos de educação e procedimentos como as três grandes dimensões, e foi com base nas mesmas que foi constituída esta tipologia, subdividida depois em 15 sub dimensões.

Tipologia de Boutin & Durning, (1994)		
1	2	3
Enquadramento Institucional	Tipos de intervenção	Métodos e procedimentos
1.1. Serviços institucionais implicados	2.1. Modelos/Conceitos teóricos de referência	3.1. Métodos pedagógicos
1.2. Participação parental	2.2. Motivos na origem da intervenção	3.2. Local frequência e duração
1.3. Estatuto e formação dos interventores	2.3. Nível de tratamento do motivo	3.3. Parceiros familiares privilegiados
1.4. Enquadr	2.4. Processo de mudança privilegiado	3.4. Atividades
	2.5. Processo intrafamiliar visado	

<p>amento institucional e supervisão dos interventores</p>	<p>2.5.1. Desenvolvimento e saúde humanos</p> <p>2.5.2. Aptidões sociais</p> <p>2.5.3. Gestão da casa</p> <p>2.5.4. Autoconhecimento</p>	<p>efetuadas</p> <p>3.5. Modalidades de gestão ou cogestão dos procedimentos</p> <p>3.6. Relações entre interventores e participantes</p>
--	--	---

Figura 3 - Tipologia de Boutin & Durning (1994).

3.6.3. Tipologia de Smith (1997)

Smith (1997), inclui programas de carácter grupal, de forma a ajudar os pais no seu desenvolvimento no âmbito das aptidões parentais. Estes são estruturados, podendo ser aplicados a variados grupos de pais. Estes programas são adaptados ao conteúdo e ao público-alvo.

<p>Tipologia de Smith (1997)</p>	
<p>Conteúdos</p>	
<p>Mudança de comportamento da criança</p> <p>“Behavioural Programmes”</p>	<p>Relações intrafamiliares</p> <p>“Relationships Programmes”</p>

Figura 4 - Tipologia de Smith (1997).

3.6.4. Tipologia de Karol Kumpfer (1999)

Kumpfer (1999) pretendia criar linhas orientadores para novos criadores de programas de Educação Parental poderem planificar ou para outros a nível social e político. Para isto foram consideradas as idades das crianças e o nível de preocupação dos problemas.

Tipologia de Karol Kumpfer (1999)	
Intervenções Familiares Preventivas (Family Prevention Approaches)	Intervenções Parentais (Parenting Approaches)
<ul style="list-style-type: none"> - Programas de treino de aptidões da família (Family Skills Training Program) - Programas de educação familiar (Family Education Programs) - Terapia Familiar (Family Therapy) - Serviço de apoio à família (Family Services) - Programas de preservação familiar (Family Preservation Programs) - Intervenções para substitutos parentais 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de treino parental comportamentais (Behavioral Parent Training Programs) - Programas de educação parental (Parent Education Programs) - Educação Parental no domicílio (Parent aid or Home Parent Education) - Envolvimento Parental (Parent Involvement) - Programas inspirados em modelos técnicos específicos (ex. Adlerian Parenting Programs)

Figura 5 - Tipologia de Karol Kumpfer (1999).

Segundo o autor desta tipologia, as intervenções diferenciam-se de acordo com o seu público-alvo, as intervenções direcionadas para as famílias são de caráter preventivo, pois têm como objetivos a prevenção da ocorrência de problemas. Quanto às estratégias, estas passam pelo treino de aptidões familiares, da educação familiar, terapia familiar e prestação de serviços de apoio à família.

Capítulo 4 – Enquadramento institucional

4.1. O que é a CPCJ?

De acordo com o Guião de Orientações para os Profissionais da Educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo, intitulado de “Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças” (s.d, p.159), “As CPCJ são: instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.” Atendendo que os mesmos “Exercem as suas atribuições em conformidade com a Lei de Protecção e deliberam com imparcialidade e independência.”

No seguimento do mesmo Guião, são ainda distintas duas modalidades, sendo a primeira: “Comissão Alargada (...) vocacionada para desenvolver acções de âmbito geral de promoção dos direitos e de prevenção primária e secundária das situações de perigo;” quanto à segunda, essa designada por “Comissão Restrita, neste guia designada por CR, com competências para intervir nas situações concretas em que uma criança está em perigo.” (p.159)

Para que tudo isto resulte é de realçar o trabalho realizado pela Comissão Nacional que consiste em proporcionar formação e informação adequadas no domínio da promoção dos direitos da proteção das crianças e jovens em perigo; formular orientações e emitir diretivas genéricas relativamente ao exercício de competências das comissões de proteção; apreciar e promover as respostas às solicitações que lhe sejam apresentadas pelas comissões de proteção sobre questões surgidas no exercício das suas competências; promover e dinamizar as respostas e os programas adequados no desempenho das competências das comissões de proteção; promover e dinamizar a celebração dos protocolos de cooperação.

4.2. Membros que a constituem

Seguindo o Guião “Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças” (CNPJCJR, p.159), esta Comissão no que concerne à Comissão Restrita é “constituída por pessoas designadas pelas entidades locais e por técnicos cooptados, estes sempre que se verificar que não estão contempladas na instituição da CPCJ, alguma(s) área(s) de formação que são necessárias à intervenção. A formação técnica de qualquer CPCJ, sempre que possível, deverá ser variada por forma a garantir-se a interdisciplinaridade, privilegiando-se, entre outras, as formações na área das Ciências Sociais e Humanas (Serviço Social, Psicologia, Saúde, Direito, Educação, etc).” esta é ainda “constituída por membros que devem, tanto quanto possível, ter experiência e/ou formação específica na área da Infância e Juventude. São chamados a intervir em situações muito graves que envolvem crianças e a tomar decisões muito importantes para estas e suas famílias.”

4.3. Atividades que desenvolve

Todo o processo de Promoção e Proteção, aquando realizado pela comissão está regulado nos Art. 93º e imediatos da Lei 147/99 de 1 de setembro. Atendendo a “Iniciativa da intervenção das comissões de proteção”, a “Informação e audição dos interessados” que leva a fase de sinalização da situação de perigo, esta pode ser feita por particulares (o próprio menor, vizinhos, familiares, amigos ou outros); ou por instituições, neste caso deverá ser feita por escrito. Sendo do conhecimento do órgão representativo, em qualquer um destes casos identificados deve seguir a identificação do menor, a identificação do responsável do mesmo e a identificação da situação de perigo. Por último, segue a fase de avaliação/diagnóstico; a fase de deliberação de medida e por fim, a fase de execução da medida.

A sinalização torna-se, por vezes, inibidora, com isto acontece que as entidades não querem identificar, para assim não se colocarem em situações desconfortáveis ou ainda por desculpabilizarem e protegerem os agressores e ainda por receio de represálias como ameaças, agressões, entre outras.

4.4. Processo de sinalização – ao arquivamento

Seguindo o Guião “Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças” (s.d, p.156), “A recepção de uma sinalização de uma criança em eventual situação de maus tratos ou de

perigo é uma fase crucial para a intervenção das ECMIJ [Entidades com competência em matéria de infância e juventude no âmbito da Acção Social] ou das CPCJ, na medida em que é o primeiro passo para se iniciar a protecção da criança, podendo condicionar, em grande parte, as actuações posteriores a nível das ECMIJ ou das Comissões.”

Posto isto, a criança é sinalizada por uma entidade competente considerada de “primeira instância”, à CPCJ, que vai chamar os respetivos educandos (pai, mãe ou ambos). É realizado um diagnóstico desde logo, de modo a conhecer a família. Após esse diagnóstico é sinalizado um perigo/risco a considerar, sendo este celerado através de um APP (Acordo de Promoção e Protecção) que é assinado pelos respetivos responsáveis, aquando a aceitação dos dois - Caso este acordo não aconteça é de imediato enviado para o MP (Ministério Público) que tomará conta do caso.

Quando o acordo é celebrado e assinado é dever dos mesmo que este seja cumprido e que a situação comece a estabilizar. Ao fim de 6 meses é feito um novo diagnóstico de modo a perceber se a situação melhorou e se necessário uma renovação do APP. Ao fim de 12 meses se a situação persistir, o caso é enviado para o MP e é também remetido ao mesmo caso a criança atinga a maioridade (18 anos).

4.5. Porquê Parentalidade na CPCJ?

Foi apresentado desde inicio a necessidade de trabalhar a Parentalidade com as famílias sinalizadas na CPCJ, de modo a promover uma melhor relação entre os filhos e os pais. Posto isto, foi feita então uma proposta de projeto para aplicar com as famílias, sendo este o programa “Mais Família – Mais Criança”.

Tendo a CPCJ como objetivos promover os direitos das crianças e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, fazia assim todo o sentido trabalhar na promoção de uma Parentalidade eficaz e positiva, tendo como principal objetivo o bom desenvolvimento da criança, num ambiente saudável e propicio a um bom futuro.

Parte II

COMPONENTE PRÁTICA

Capítulo 1 – Programas inspiradores

Para melhor compreender o que se adequa a um determinado público-alvo é importante não só conhecer o mesmo, como também variadas hipóteses de trabalho. Para isso, foram estudados e analisados alguns programas destinados à Educação Parental, para que fosse possível desempenhar este objetivo de ajudar estes pais da melhor forma possível, com o melhor conhecimento possível.

1.1. Programa Anos Incríveis – Básico para pais

Este programa da autoria de Carolyn Webster-Stratton (Webster-Stratton, 2001; Webster-Stratton, Reid, & Beauchaine, 2011), procura diminuir fatores de risco familiar através de promoção de competências parentais, fortalecimento de famílias e aumento de compreensão no seu seio relativamente a variados aspetos do desenvolvimento infantil e das características temperamentais da criança, como: aumentar abordagens positivas; promover uma vinculação entre pais-filhos; desenvolver competências emocionais e sociais; diminuir estratégias negativas; aumentar rede de suporte familiar e estreitar a relação entre a escola e a família de crianças entre os três e os oito anos de idade.

Este programa é desenvolvido ao longo de 14 sessões, com a duração de aproximadamente duas horas, desenvolvidas por dois facilitadores com formação no programa.

Fazem parte dos conteúdos deste programa: o Brincar; a Atenção Positiva; o Treino de Aptidões Académicas, Sociais e Emocionais e de Persistência; o Elogio e Reforço Positivo Eficaz; o Estabelecimento de Limites; as Regras; Rotinas; o Ignorar; o Distrair; o Tempo de Pausa e Consequências Lógicas Naturais bem como a Resolução de Problemas, são alguns dos temas tratados no âmbito deste Programa Básico para Pais – Anos Incríveis.

1.2. “Mais Família – Mais Jovem”

Este programa, foi desenvolvido por Maria Filomena Gaspar, a partir do programa “Parenting Wisely Teens” de Don Gordon. É destinado a grupos de pais de jovens entre os 10 e os 16 anos de idade. Algumas das competências visadas são: a Atenção Positiva; o Elogio; as Regras Claras e Limites; as Mensagens Eu; os Sistemas de Pontos; os Contratos.

1.3. Programa “Mais Família – Mais Criança”

O Programa aplicado ao longo deste estágio, o “Mais Família – Mais Criança”, é destinado a pais com filhos dos três aos nove anos de idade. Tem também como principal foco a melhoria das práticas parentais e uma orientação das famílias para um melhor desempenho. Estrutura-se em torno de competências como: o Brincar; o Tempo de Pausa; o Elogio; as Birras, entre outros. Foi concebido por Maria Filomena Gaspar baseando-se no programa anteriormente apresentado, “Anos Incríveis”, e no programa “Parenting Wisely Children” de Don Gordon,

Capítulo 2 – Estudo Empírico

2.1. Considerações iniciais

A implementação de um programa na área da Parentalidade, na CPCJ, surgiu através de uma pesquisa de objetivos cruzados, entre o estágio, a instituição e os diferenciados programas neste âmbito.

A oportunidade de implementar o Programa “Mais Família-Mais Criança” surgiu como necessidade de colmatar alguns problemas diagnosticados pelos Técnicos da CPCJ de Santarém, proporcionando assim uma melhor e mais estável relação entre os pais e os filhos sinalizados e em risco.

É assim, neste contexto que seguem as ideias que estiveram na base desta intervenção.

São cada vez mais as crianças sinalizadas para as CPCJ, tendo sido 508 o número de casos em 2016. Foram transitados 226, instaurados 179, e os reabertos 103, na CPCJ de Santarém, sendo que as principais problemáticas de intervenção passaram pela exposição de comportamentos que comprometem o bem-estar e o desenvolvimento (27,5%), situação de perigo que coloque em causa o direito à educação (21,6%) e negligência (21,6%).

Foram então criados APP contando com apoio junto dos pais e de outro familiar - No entanto, nestes APP não estavam previstas nenhuma intervenção no âmbito da Educação Parental.

No nosso envolvimento no dia-a-dia da CPCJ e na participação nas reuniões restritas foi permitindo compreender a importância e urgência de atuar a nível da Educação Parental de forma a colmatar algumas dificuldades sentidas pelos técnicos no acompanhamento das famílias e dos casos de sinalização.

Foi então pretendido com esta intervenção, promover uma Parentalidade Positiva nestes pais, bem como incentivar a implementação destas práticas, de forma continuada na CPCJ.

Após esta descrição, passaremos agora à análise do estudo empírico, que irá fundamentar a ideia da necessidade de na CPCJ existir um profissional que trabalhe as questões parentais com as famílias sinalizadas.

Foi assim implementado o Programa “Mais Família-Mais Criança” a cinco famílias. Foi aplicado em 12 sessões semanais, cada uma delas com o tempo de uma hora. As temáticas em torno das quais as sessões decorreram foram, respetivamente: Atenção Positiva e Princípios da Parentalidade Eficaz; Brincar; Elogios; Recompensas; Dar ordens; Estabelecer limites; Ignorar; Consequências negativas para comportamentos inadequados; Tempo de pausa; Birras num local público; Discussões entre irmãos, e por fim, a planificação da etapa seguinte que respeita ao futuro.

Estas sessões tiveram momentos práticos, teóricos e de discussão em grupo, abordando algumas práticas por cada um dos elementos participantes e esclarecendo algumas dúvidas que viriam a surgir ao longo das semanas.

2.1.2. Diagnóstico

A aplicação deste programa na CPCJ surgiu com a necessidade de desenvolver algo com as famílias sinalizadas, apoiando-as e ajudando-as na sua relação com as crianças, atendendo que ainda não existia qualquer tipo de intervenção no âmbito da Educação Parental. Foi assim bastante pertinente esta resposta, de modo a promover o bem-estar na criança, através dos seus pais, oferecendo ferramentas a estes para uma melhor relação com os seus filhos.

Isto contribuiu para a resolução de problemas familiares, promovendo uma Parentalidade Positiva e proporcionando às famílias momentos de partilha e felicidade, através de conversas entre o grupo de formação.

2.1.3. Sessões do programa

Este programa foi implementado com o apoio da CPCJ com famílias para ela sinalizadas. Decorreu entre os meses de março e maio, todas as quintas-feiras, das 19h às 20h na Ludoteca de São Domingos ao longo de 12 sessões. Contou com a presença de cinco formandos indicados por técnicos/as da CPCJ. Para uma melhor segurança da formação contou-se ainda com o apoio de cinco voluntários/as ao longo das sessões, que ficavam com as crianças enquanto a sessão decorria, as crianças ficavam em contexto de brincadeira numa das salas da Ludoteca, enquanto os pais participavam nas sessões.

Em cada sessão os elementos tinham consigo as suas pastas, da qual fazia parte os objetivos de cada sessão, preenchidos pelos formandos em todas as sessões.

Foi notória não só a evolução de sessão para sessão a nível de perspetivas de comportamentos a ter com as crianças, como também a evolução a nível pessoal, no que respeita à interação entre o grupo, a troca de ideias e perspetivas bem como de experiências enquanto pais e mães, que tornou sem dúvida as sessões mais ricas e proveitosas.

2.2. Questões e objetivos

Os objetivos e questões presentes que nortearam a aplicação do programa, assentaram na urgência de uma intervenção junto das famílias sinalizadas para a CPCJ para uma melhoria de relação com as suas crianças potencializando assim o que de melhor estas possuem.

As questões formuladas prendem-se com a necessidade de perceber se esta resposta estaria ou não a ser benéfico, especificamente:

- Será a Educação Parental uma mais valia numa CPCJ?
- Será o Programa “Mais Família-Mais Criança” útil na resolução de problemas apresentados pelas famílias sinalizadas na CPCJ?

Prenderam-se assim com estes objetivos:

- Desenvolver competências para uma melhor relação parental;
- Enriquecer práticas parentais;
- Partilha de metodologias e ferramentas para cooperar, colaborar e coordenar a vida;

- Atenuar situações de risco;
- Promover uma Parentalidade Positiva;
- Avaliar a satisfação semanal das famílias ao longo das sessões;
- Avaliar a satisfação final e global, bem como a eficácia do programa.

Para a concretização dos mesmos realizaram-se ações, tais como:

- Promover conversas entre o grupo (reflexão);
- Focus – grupo;
- Atividades;
- *Role -play*.

2.3. Caracterização da Amostra

Foram selecionadas 10 famílias, pelos técnicos que com elas trabalham. Das famílias sinalizadas foram cinco as que demonstraram interesse em participar no programa e portanto, foram esses cinco elementos que considerámos como constituindo a amostra e cuja caracterização se encontra na Tabela 1.

Sujeito	Nome	Papel parental	Casal programa	Nº Filhos	Idade filho programa	Sexo filho Programa	Estado civil	Reside criança
1	AR	mãe	sim	1	2	Masculino	União	sim
3	SM	mãe	não	2	6	Masculino	divorciado/monoparental	não
4	CG	mãe	sim	2	5	Feminino	União	sim
5	MG	pai	sim	2	5	Masculino	União	sim
6	S	mãe	não	2	6	Masculino	Casada1x	sim

Tabela 1 – Características da amostra.

2.4. Instrumentos

Passamos agora a apresentar os instrumentos utilizados na avaliação do projeto nas suas diferentes fases.

2.4.1. Entrevista inicial

Para ficarmos a conhecer as famílias com quem iríamos trabalhar, foram marcadas reuniões individuais com as mesmas, para que houvesse um primeiro contacto e fosse explicado no que se baseava o programa, os seus objetivos bem como a sua duração.

Este momento foi importante, não só por ser o primeiro contacto com as famílias, como também para podermos motivar e esclarecer dúvidas relativamente ao que iria decorrer ao longo das 12 sessões, esclarecendo ainda que em nada iria interferir nos seus processos, mas sim no seu desenvolvimento pessoal e na sua relação com os filhos.

Algumas famílias mostraram-se um pouco apreensivas e desinteressadas, no entanto comprometeram-se a participar.

2.4.2. Questionários de avaliação das sessões¹

Estes questionários foram aplicados no término de cada sessão, de modo a perceber o que cada elemento, de forma individual, teria sentido no que respeita: aos assuntos; às orientações do dinamizador; às ideias trocadas entre o grupo e às atividades praticadas ao longo da sessão.

2.4.3. Questionário final²

Este questionário, foi realizado na última sessão, e teve como objetivo, perceber de modo global a satisfação dos formandos ao longo das sessões, quais os temas que mais os ajudaram e o que sentiram ao longo do mesmo.

2.4.4. Registo de acontecimentos

Este método é de carácter descritivo, podendo até ser considerado como um “Diário de Bordo”. Através deste foram registados os assuntos tratados em cada uma das sessões, registando ainda o que foi dito pelos formandos.

Passemos agora a analisar os resultados obtidos.

¹ Consultar Anexo 3.

² Consultar Anexo 4.

2.6. Análise dos Resultados: – Avaliação da Satisfação Semanal com as Sessões – Pais

De acordo com Guerra, (2000), a avaliação implica a medição de alguns critérios - Particularmente neste Projeto, tivemos em conta os critérios de adequação (verificando se o projeto se adequou ao público-alvo), da eficácia (verificando se os objetivos foram atingidos e se o plano de ação previsto foi concretizado com sucesso) e por fim, a eficiência (verificar se os resultados são alcançados e se os recursos foram utilizados da melhor forma possível).

Para melhor compreender de que forma as sessões foram avaliadas, foi feito para cada uma, uma avaliação final, que cada elemento participante respondeu, tendo em conta os seguintes fatores:

- Assuntos tratados;
- Orientações da formadora;
- Grupo;
- Atividades desenvolvidas.

Todos os questionários aplicados no final das sessões e avaliados neste relatório até ao ponto 2.6.1.5, têm uma escala de resposta de Muíto importante (4), Importante (3), pouco importante (2) e nada importante (1).

2.6.1. Assuntos tratados

Analisámos primeiramente a opinião dos participantes no que concerne aos assuntos tratados em cada uma das sessões (cf. Tabela 2).

Média das sessões		
Assuntos tratados		
	Média	Desvio-Padrão
Sessão 1	3,67	0,557
Sessão 2	3,33	0,557
Sessão 3	3,00	0,000
Sessão 4	3,20	0,447
Sessão 5	3,20	0,447
Sessão 6 e Sessão 7	3,00	0,000
Sessão 8	3,00	0,000
Sessão 9	3,50	0,707
Sessão 10i	3,00	0,000
Sessão 10ii e Sessão 10iii	3,00	0,000

Tabela 2 – Assuntos tratados: importância por sessão.

Verifica-se assim que a sessão considerada pelos formandos com assuntos mais importantes foi a Sessão 1 – “O comportamento dos nossos filhos é multideterminado e sistémico” (M=3,67) que na escala de avaliação encontra-se próximo do nível máximo de avaliação, e a Sessão 9 – “O tempo de pausa” (M=3,50), que também se encontra próximo do nível máximo de avaliação.

Tendo sido a média de satisfação bastante elevada (M=3,19) relativamente ao nível de satisfação no que respeita aos assuntos tratados ao longo do programa.

As sessões em que os assuntos foram considerados menos importantes (M=3,00) foram: sessão 3 – “Brincar”; sessão 6 e 7 - “Dar ordens e ignorar”; sessão 8 – “Consequências negativas”; sessão 10i – “Birras num local público”; e a sessão 10ii e 10iii – “Lutas e discussões entre irmãos”. No entanto, atendendo à escala, estes assuntos sendo comparativamente menos importantes relativamente aos outros, são considerados também eles importantes, pois aproximam-se do nível máximo (4).

2.6.2. Orientações dos orientadores

No que concerne às orientações do formador, a média de satisfação foi consideravelmente elevada (M=3,28), relativamente ao nível de satisfação no que respeita às orientações do dinamizador tratados ao longo do programa.

Média das sessões		
Orientações		
	Média	Desvio-Padrão
Sessão 1	3,67	0,577
Sessão 2	3,33	0,577
Sessão 3	3,00	0,000
Sessão 4	3,60	0,548
Sessão 5	3,20	0,447
Sessão 6 e Sessão 7	3,00	0,000
Sessão 8	3,00	0,000
Sessão 9	3,50	0,707
Sessão 10i	3,50	0,707
Sessão 10ii e Sessão 10iii	3,00	0,000

Tabela 3 - Orientações do dinamizador: importância por sessão.

Verifica-se pela análise dos resultados da Tabela 3, que foram consideradas como as orientações do dinamizador relativamente mais importantes, nas Sessões 1 ($M=3,67$) e na sessão 4 ($M=3,60$), tendo sido a sessão 1 a mais importante considerada pela avaliação realizada pelos formandos no final de cada sessão. Estas correspondem à sessão do tema “O comportamento dos nossos filhos é multideterminado e sistémico” e “Elogios”.

As sessões em que as orientações do dinamizador foram consideradas menos importantes ($M=3,00$) foram a sessão 3 – “Brincar”; a sessão 6 e 7 – “Dar ordens e ignorar”; a sessão 8 – “Consequências negativas” e a sessão 10ii e 10 iii – “Birras num local público”.

No entanto, atendendo à escala, estas orientações sendo comparativamente menos importantes relativamente aos outros, são consideradas também elas importantes, pois aproximam-se do nível máximo (4).

2.6.3. Grupo

No que diz respeito ao nível de importância no que respeita ao grupo, compreendendo assim qual a sua relação ao longo das sessões. A média obtida foi bastante positiva ($M=3,22$). As sessões em que o grupo foi avaliado como mais importante foram a

sessão 3 – “Brincar” (M=4,00), e a sessão 10i – “Biras num local público” (M=3,50). A sessão em que o grupo foi avaliado como menos importante foi a sessão 5 – “Recompensas” (M=2,80) , (cf. Tabela 4).

Média das sessões		
Grupo		
	Média	Desvio-Padrão
Sessão 1	3,33	0,557
Sessão 2	3,33	0,557
Sessão 3	4,00	0,000
Sessão 4	3,20	0,447
Sessão 5	2,80	0,837
Sessão 6 e Sessão 7	3,00	0,000
Sessão 8	3,00	0,000
Sessão 9	3,00	0,000
Sessão 10i	3,50	0,707
Sessão 10ii e Sessão 10iii	3,00	0,000

Tabela 4 - "Grupo": importância por sessão.

Depois de avaliada esta questão, e através da observação ao longo do programa, é possível constatar que o grupo no início criou uma boa relação, sendo que na terceira sessão foi obtido o máximo possível. Com o desenrolar das sessões surgiram alguns contratempos, o que pode justificar o valor mais baixo na sessão 5 (M=2,80), os quais foram sendo ultrapassados através de conversas informais entre os formandos e a formadora fora das sessões.

2.6.4. Atividades

No que respeita à última questão dos questionários de avaliação de cada sessão, relativamente às atividades desenvolvidas, estas têm a ver com as dinâmicas que eram realizadas ao longo das sessões, como a discussão em grupo, os role-play, etc.

Podemos afirmar que foi nas sessões 1 – “O Comportamento dos nossos filhos é determinado e sistêmico” (M=3,67) e a sessão 2 – “Atenção Positiva” (M=3,33), que as atividades foram avaliadas como mais importantes (cf. Tabela 5)

Média das sessões		
Atividades		
	Média	Desvio-Padrão
Sessão 1	3,67	0,557
Sessão 2	3,33	0,557
Sessão 3	3,00	0,000
Sessão 4	3,20	0,447
Sessão 5	3,20	0,447
Sessão 6 e Sessão 7	3,00	0,000
Sessão 8	3,00	0,000
Sessão 9	3,00	0,000
Sessão 10i	3,00	0,000
Sessão 10ii e Sessão 10iii	3,00	0,000

Tabela 5 - "Atividades" importância por sessão.

2.6.5. Conclusão das avaliações dos questionários

Após a análise dos dados das avaliações das sessões é possível verificar que a sessão melhor avaliada foi a sessão 1, que em maior número de parâmetros avaliados tem a maior média.

É ainda importante referir que foi na sessão 4 e 5 que o grupo esteve todo presente, tendo a partir destas faltado sempre algum elemento, percebendo-se assim a diferença de valores em algumas situações.

Compreendemos então que na sessão 1 consistiu uma apresentação do grupo, apesar de nem todos terem estado presentes e ao longo do projeto os participantes foram tendo temas mais e menos importantes e foram recebendo as atividades de formas diferentes, sendo que nem todos se mostraram à vontade para o desenvolver das mesmas.

2.7. Questionário de satisfação final do programa – Pais

Para melhor compreender o grau de satisfação com o programa foi realizado um questionário final (cf. Anexo 6).

Todas as questões estão cotadas com 4- “Muíttissimo importantes”, 3- “Importantes”, 2 – “Pouco importantes” e 1 – “Nada importantes”.

	Informações/ Conteúdos	Explicações orientadora	Discussão grupo	Práticas semanais	Mau comportamento	Tema brincar	Tema ignorar	Tema elogiar	Tema T.P	Tema Dar ordens	Todo o programa	Recomendaria
Média	3,60	3,80	3,40	3,60	3,40	3,60	3,80	3,80	3,75	3,60	3,60	3,80
Desvio- Padrão	0,548	0,447	0,548	0,548	0,548	0,548	0,447	0,447	0,500	0,548	0,548	0,447

Tabela 6 – Grau de satisfação - questionário final.

2.7.1. Explicações e informações

No que respeita às explicações e informações partilhadas com formandos ao longo das sessões, e observando a tabela 6, podemos constatar que a avaliação foi em média, bastante positiva ($M=3,80$), ou seja, quase “Muíttissimo importante”, numa escala de 1 a 4. O que é consideravelmente importante, pois podemos afirmar que o grupo no geral considerou que as explicações e informações partilhadas foram muito importantes para si.

2.7.2. Discussão entre o grupo

Os formandos consideraram que a discussão e partilha de ideias entre o grupo foi consideravelmente importante, como é possível verificar na tabela 6. Podemos constatar que a avaliação é consideravelmente importante ($M=3,40$), ou seja, quase “Muíttissimo importante”, numa escala de 1 a 4.

É possível afirmar que a interação, discussão e partilha de ideias entre o grupo foi considerada importante pelos pais.

2.7.3. Práticas e estratégias em casa

No que concerne às práticas e estratégias realizadas em casa, é possível verificar, através dos resultados da tabela 6, que as estratégias em casa ajudaram bastante os participantes ($M=3,60$) ou seja, perto de “Muítissimo importante, numa escala de 1 a 4. Sendo que isto significa que grande parte dos formandos considerou que as práticas que eram levadas para realizar em casa, ou seja, os objetivos que eles próprios formularam para concretizar, foram neste programa avaliadas como muito importantes para a sua evolução.

2.7.4. Informações e conteúdos

As informações e conteúdos tratados, mas também, as indicações e dúvidas que foram tratadas durante as sessões e durante a semana, foi considerado pelos formandos como consideravelmente importante, verificando-se na através da tabela 6, ($M=3,60$), valores muito próximos do “Muísittimo importante” na escala de 1 a 4, o que nos indica que estes conteúdos foram para eles importantes, bem como importantes na relação com os seus filhos/as.

2.7.5. Lidar com o mau comportamento

Na opinião dos pais, o programa ajudou na interação entre pais/filhos na redução do mau comportamento e melhorou assim o comportamento deles, com um valor médio ($M=3,40$), consideravelmente positivo, pois aproxima-se bastante do nível 4, ou seja, “Muítissimo importante” numa escala de 1 a 4 (Tabela 6). É assim possível considerar que este programa contribuiu de forma bastante positiva para as interações com os filhos destas famílias, o que para nós foi visível pelas partilhas de mudanças que fizeram nas sessões.

2.7.6. Recomendaria o programa

Nesta questão foi perguntado aos pais; se recomendariam este programa a algum familiar ou amigo. Foi possível constatar, através dos resultados obtidos ($M=3,80$); tabela 6, que estes responderam que recomendariam pois o valor médio esteve muito perto do nível máximo possível de obter.

2.7.7. Temas

Quando analisamos as respostas dos pais relativamente aos temas abordados, especificamente o Brincar, o Ignorar, o Tempo de Pausa e e as Ordens verificamos, com base nos resultados médios obtidos (cf. Tabela 6) que o Ignorar foi o avaliado mais favoravelmente, seguido do Tempo de Pausa e depois pelos outros, embora todos tenham obtido avaliações medias acima de 3,5, ou seja, muito próximo do ponto máximo possível de obter.

2.7.8. Globalmente o conjunto de temas e técnicas

Para perceber de modo geral a avaliação de todo este programa, foi questionado aos pais, como consideravam o conjunto de temas e técnicas abordado ao longo das sessões. O valor médio obtido, e que pode ser observado na Tabela 6, ($M=3,60$), permite-nos afirmar que estes formandos consideraram que o modo como o programa foi abordado, as dinâmicas e os temas desenvolvidos ao longo do mesmo, foram bastante importantes.

2.7.9. Tema mais importante

À questão aberta sobre o tema mais importante, e como é possível verificar no gráfico 6, a resposta mais frequente foi as birras e de seguida consideraram o tempo de pausa e ainda o elogiar.

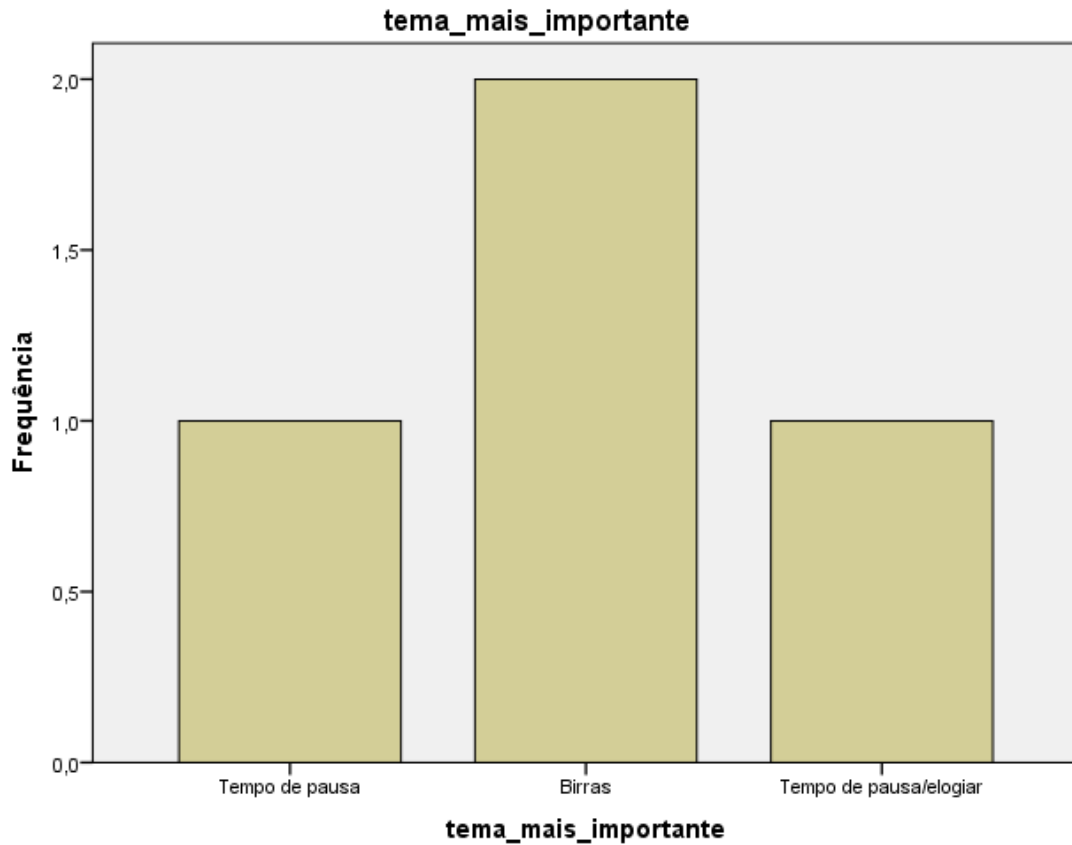


Gráfico 1 - Tema mais importante.

2.7.10. Tema que mais ajudou na relação com o filho/a

Esta questão, foi de novo uma questão de carácter aberta – Como nos permite verificar o Gráfico 1, o tema que mais ajudou estes pais na relação com os filhos foi o tema do brincar.

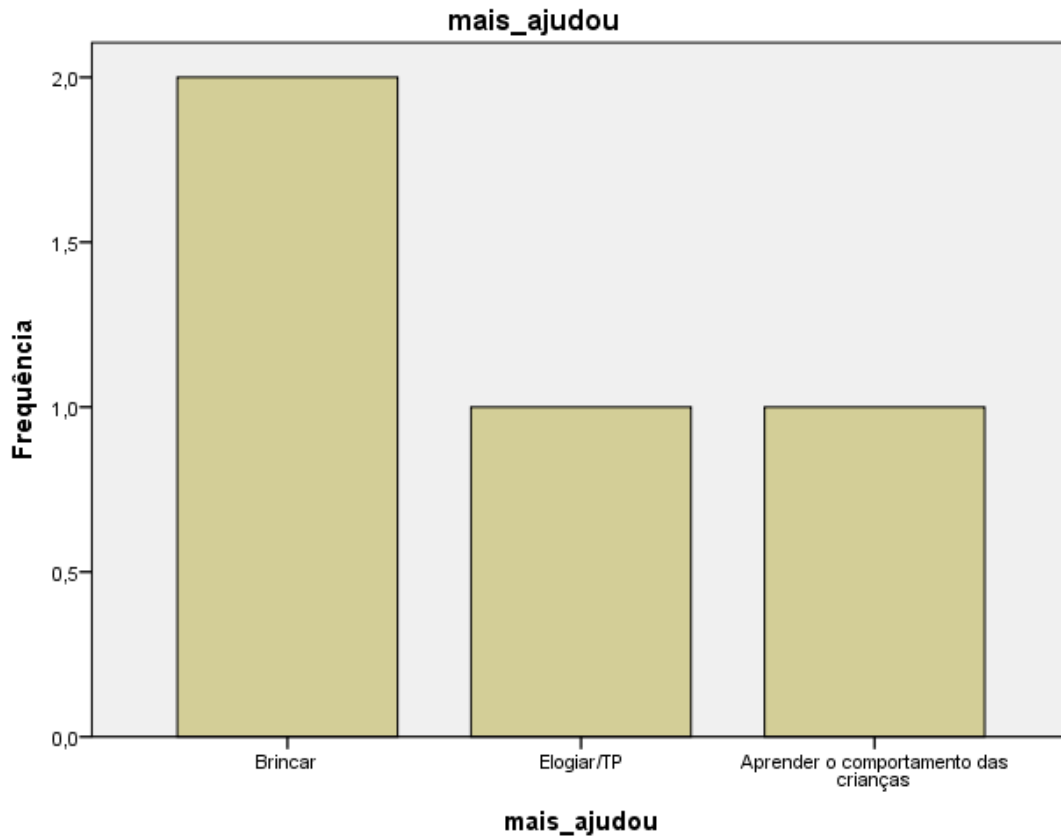


Gráfico 2 - Tema que mais ajudou na relação com os filhos.

2.7.11. Caso existisse oportunidade continuaria a frequentar o programa

Esta foi uma questão colocada para perceber se estes pais gostariam de dar continuidade ao programa, com acompanhamento da formadora.

Como podemos verificar no gráfico 2, todos os pais estariam dispostos a continuar o programa.

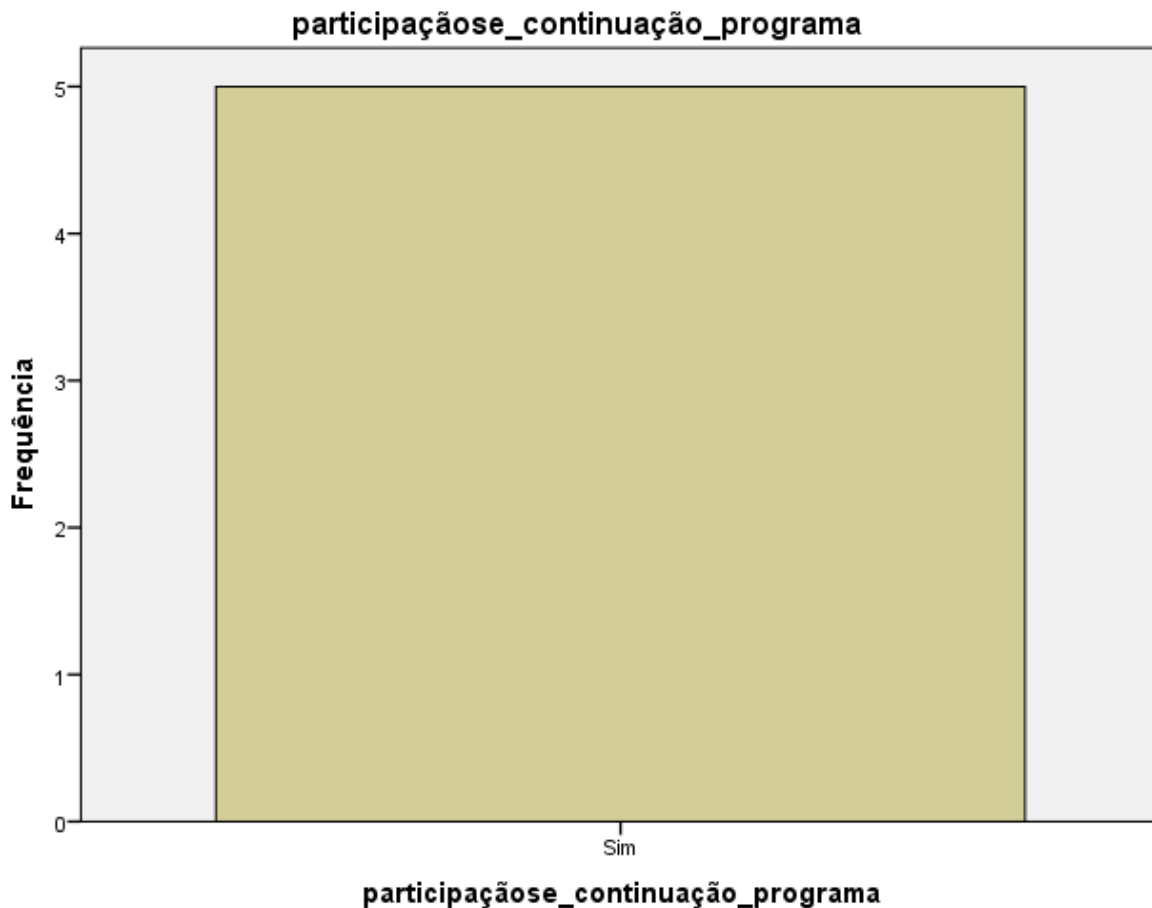


Gráfico 3 – Participação na continuação do programa.

2.7.12. Apreciação final global

De modo global, e essencialmente através de uma conversa informal obtida não só na última sessão como também ao longo de todo o programa, os formandos consideraram esta formação bastante importante, quer na sua relação com os filhos, quer com a sua família.

No último momento do questionário final foi perguntado se gostariam de sugerir alguma coisa, deixando um espaço livre para exprimirem o que sentiram ao longo destes meses.

De um modo geral, a análise das respostas permite-nos verificar que este programa teve um impacto social nestas pessoas, através da convivência com o grupo e com a formadora. Teve também eficácia parental; um elemento descreveu “Tenho brincadeiras com o meu filho que nunca pensei ter”. Através da rede informal que se foi formando foi possível não só capacitar estes pais como também criar neles confiança e positivismo.

É também importante referir que uma formanda realizou por iniciativa própria um trabalho final (cf. Anexo 7), o que revela o seu interesse e motivação relativamente a todo o programa.

2. Considerações finais

Esta componente prática realizada através de um estágio na CPCJ de Santarém, permitiu-nos conhecer de perto uma realidade até agora um pouco desconhecida. Permitiu-nos ainda intervir diretamente com algumas famílias e, com isto considerar que é essencial a Educação Parental nas Comissões de Proteção. É muito importante trabalhar com os pais, transmitindo-lhes estas ferramentas que proporcionem uma melhor relação com os filhos.

Analisemos agora a Análise SWOT (cf. Anexo 10), relativamente ao projeto por nós implementado. Esta análise tem como objetivo compreender forças, dificuldades, bem como as oportunidades e as ameaças do colmar do projeto. Como forças apontamos a motivação e competências da estagiária, que pegaram neste projeto e com toda a garra o encaminharam para a CPCJ e o levaram a cabo até ao fim, ultrapassando as dificuldades muitas vezes sentidas; apontamos ainda o conhecimento do programa traduzido em português. Como dificuldades, apontamos o facto de o projeto não ter chegado a todas as famílias, o que não seria possível de momento, mas nunca foi descorado no que respeita ao futuro; e a falta de motivação de algumas das famílias, que não se mostraram abertas a esta experiência, mostrando desde logo o descontentamento com o convite feito para a participação.

Como oportunidades apontamos os recursos adquiridos na disciplina de Educação Familiar ao longo do Mestrado, que muito orientou no delinear do pensamento lógico relativamente a este tema; a orientação da Professora Maria Filomena Gaspar (especialista em Educação Familiar); a existência do programa traduzido em português; a existência de espaço e recursos adequados, este espaço que permitiu o desenvolver da formação e ainda proporcionar momentos de brincadeira às crianças que acompanhavam os pais, permitiu ainda criar um momento de “lazer” com o findar das sessões, pois tinha um espaço de refeição, onde eram concretizados os pequenos lanches de final de sessões; e por fim, como oportunidade temos a motivação da equipa da CPCJ, que desde o principio se demonstrou bastante empenhada para a concretização deste projeto com as “suas famílias” e que mostrou ainda interesse e reforçou a importância que teria o mesmo, se de alguma forma tivesse continuidade.

Por fim, no que respeita às ameaças, apontamos a pouca motivação do público-alvo, devido a algumas famílias não quererem participar no projeto; e a falta de recursos para garantir a continuidade do programa na CPCJ, que apesar da vontade dos técnicos para a continuação da mesma, não é possível.

Chegando agora a reta final, encontram-se reunidas as ferramentas necessárias para a realização de um balanço dos pontos fortes e fracos, das ameaças e das oportunidades do programa implementado.

Consideram-se assim como pontos fortes a conveniência do programa bem como o público-alvo em questão. Tal como considerado no enquadramento concetual, apresentado no primeiro capítulo, a Educação Parental tem como objetivo fundamental a alteração de comportamento dos pais ou educadores, para uma melhor relação entres estes e os seus filhos. Um outro ponto forte consideravelmente identificado foi o facto deste projeto ter sido de longo acompanhamento, não só nas sessões presenciais, como também num acompanhamento posto à disposição durante toda a semana. Também considerado ponto forte a sua planificação pormenorizada e o facto de os pais poderem levar as crianças para o local onde o mesmo se desenvolvia. A variedade de temas abordados, as dinâmicas em redor dos mesmos e o ambiente não formal que toda a formação acarretou, transportou para os formadores um à vontade e uma maior participação. As dinâmicas desenvolvidas permitiram aos pais reconhecer mais facilmente as situações expostas, de modo a melhor serem visualizadas e reportadas para o dia-a-dia. O facto de o grupo poder partilhar ideias entre si e experiências com os seus filhos foi outro ponto forte.

Neste contexto, os pais com o passar das semanas foram desenvolvendo competências parentais e aplicando-as, tirando assim dúvidas sempre que surgiam e partilhando as mesmas com o grupo, entreadjudando-se assim uns aos outros.

Outro grande ponto forte foi a prática do empowerment desenvolvido com os pais e a grande capacidade dos mesmo de aplicar o que era aprendido em casa, a capacidade de resolução de problemas e a partilha dos mesmo com o grupo.

Não poderíamos deixar de frisar, como ponto bastante positivo, o respeito que foi facilmente conseguido ao longo das semanas com este grupo, o respeito pelo outro e pela formadora, o respeito pela pontualidade, pelo avisar quando não seria possível estar presente, uma grande mais valia desenvolvida por este grupo.

Como ponto positivo e para terminar é de realçar a empatia criada por todos e com todos, que levaremos sem dúvida.

Uma das ameaças sentidas, passam pelo acompanhamento destas famílias, que com o terminar do programa deixou de existir. Seria de extrema importância um acompanhamento destas famílias, pois o crescer dos seus filhos vai trazer-lhes outras dificuldades e outras questões.

Uma outra ameaça é o facto de nenhum técnico trabalhar as questões da Educação Parental. Esta que poderia ser combatida através de uma contratação.

Por último, mas não menos importante, as oportunidades, e aqui é de frizar a receção dada por toda a equipa da CPCJ, a disponibilidade de poder desenvolver este projeto com as famílias que acompanham, o encaminhamento das mesmas para o programa e principalmente o facto de estarem sempre disponíveis para ajudar apesar de todo o trabalho que têm diariamente. À Ludoteca por ceder o espaço para a formação, e para as crianças que durante a mesma ficavam a brincar no espaço destinado, o que permitia aos pais ficarem mais descansados durante as sessões.

E com certeza, a oportunidade dada pela Orientadora deste estágio, a Professora Doutora Maria Filomena Gaspar, pela disponibilização dos materiais do programa de que é autora, por todo o apoio prestado durante este processo e também, pela partilha e apoio durante estes meses.

Por último, a grande oportunidade dada pelos pais da formação, pelo interesse demonstrado durante todas as sessões e principalmente pelo interesse na continuação deste programa e do seu acompanhamento.

Como limitações consideram-se aqui o facto de nem todas as famílias terem aceite participar, por considerarem que estaria a ser imposto algo que não queriam. Uma outra limitação seria o facto de as sessões terem sido apenas de uma hora, tendo os pais dito que deveriam de ter sido desenvolvidas durante mais tempo. Apontamos aqui também o facto dos dinamizadores deste programa não terem experiência, o que por vezes colocou alguns constrangimentos. O facto também de não existir ninguém, com competência para tal, para avaliar o modo com as sessões eram desenvolvidas pelos dinamizadores. Também apontar aqui o facto de não ter sido possível a realização de um “pré” e um “pós” teste e um acompanhamento a longo prazo (um ano, por exemplo) destas famílias para perceber as evoluções das mesmas.

Considerando todo o desenvolver deste estágio é assim preciso dotar técnicos de CPCJ para um trabalho no âmbito da Educação Parental, de modo a melhorar as relações entre os filhos.

De modo global, o estágio correspondeu com o que estava planejado e delineado, com algumas dificuldades que serviram de aprendizagem e crescimento em diversos níveis. Todos estes meses, permitiram um crescimento a nível pessoal e social, a nível de autonomia, de responsabilidade, profissionalismo, proporcionando aqui um conciliar de conceitos técnicos com a prática.

Concluída toda esta fase é possível verificar que muitas famílias precisam e querem ter este tipo de acompanhamento, muito também por uma questão de segurança pessoal e familiar, para proporcionar um melhor ambiente em casa.

Foram assim cumpridos os objetivos de proporcionar a estes pais participantes uma melhor aprendizagem de como lidar com algumas questões parentais, dotá-los de ferramentas para uma melhor e positiva relação com os filhos, e ainda proporcionar-lhes uma autonomia e saber, bem com confiança neles próprios.

Resta agora um sentimento de dever cumprido porque mais do que um crescimento acadêmico, esta etapa proporcionou um crescimento pessoal e um sentimento de realização indescritível.

3. Bibliografia

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A.T., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M.F., & Ribeiro dos Santos, M., (2010). *Avaliação de Intervenções de Educação Parental: relatório*. Retirado de: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3496&m=PDF.
- Almeida, A., Abreu-Lima, I., Cruz, O., Gaspar, M.F., Brandão, T., Alarcão, M., Ribeiro dos Santos, M., & Machado, J., (2012). *Parent education interventions: Results from a national study in Portugal*. *European Journal of Developmental*, 9 (1), 135-149.
- Barroso, R. G. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. Em *Psychologica* (Vol. I, pp. 211-229).
- Beirão, J. P. (2007). *Novos arranjos familiares: Paternidade, Parentalidade e Relações de Género sob o olhar de Mulheres Chefes de Família*. Em *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro (Vol. 19, pp. 57-69).
- Calheiros, M.M.; Garrido, M., Santos, S.. eds. (2012). *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (Vol. II). ed. 1, 2 vol. Lisboa: Edições Silabo.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens. (2016) em <http://www.cnpcjr.pt/>.
- Coutinho, M.,T., (2004). *Apoio à família e formação parental*. *Análise Psicológica*, 1 (XXII): 55 – 64.

Cruz, O., & Barbosa Ducharne, M. A., (2006). *Intervenção na Parentalidade - o caso específico da Formação de Pais*. Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación, 11-12, 295-309.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade* (1ª ed., Vol. Coleção Psicologias). Coimbra: Quarteto.

Díaz, A. S. (2006). *Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social*. Em Revista Lusófona de Educação (pp. 91-104). Universidade de Granada.

Equipa Técnica de Apoio à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e jovens em risco. (s.d). Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. *Guia de Orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*.

Ferreira, L., (2008). *Co-construir o tempo: a valiação de um curso de formação parental e parentalidade masculina positiva em contexto de risco*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Fonseca C., Carvalho C., (2011). *Manual Técnico Projeto Nós & os Laços*. Coimbra. Retirado de: <http://noseoslacos.files.wordpress.com/2011/12/capa-e-indicemanual-tc3a9cnico.pdf>.

Formosinho, J., Machado, J., (2008). *Currículo e Organização as equipas educativas como modelo de organização pedagógica*. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, pp.5-16, Jan/Jun 2008.

Gaspar, M., F., (2001). *Parenting Practices and Children's Socio-Emotional Development: A Study With Portuguese Community Preschool Age Children*. Retirado de: <http://www.incredibleyears.com/library/paper.asp?nMode=1&nLibraryID=438>.

Gaspar, M., F., (2003). *O trabalho com pais na prevenção do comportamento antissocial* [Parenting intervention and prevention of antisocial behavior]. In I.Alberto et al. (Orgs). *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*. Coimbra. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Gaspar, M., F., (2005). *Educação familiar como intervenção socioeducativa: Porquê, para quem, como e por quem?* Revista Portuguesa de Pedagogia, 39 (3), 61-98.

Gaspar, M., F., (2010). *Educação parental e prevenção do risco na infância: resposta milagre ou desafio incitador?* In A. Almeida et al. (Eds.) *Intervenção com crianças, jovens e famílias: Estudos e Práticas*. Coimbra: Almedina.

Gaspar, M., F., (2012). *No abismo da procura de uma “resposta milagre” para a(s) família(s)* Retirado de: <http://barometro.com.pt/archives/556>.

Gonçalves, T. J. (s.d.). *Educação dos filhos em famílias monoparentais femininas: o contributo do Educador Social no desenvolvimento de competências sociais*.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação- Especialização em Educação Social, Universidade Portucalense.

Gordon, D. & Gaspar, M., (in preparation). *O programa Parenting Wisely em Portugal*. (2016).

Lopes, M. d. (2012). *Apoiar na Parentalidade Positiva: Áreas de Intervenção de Enfermagem*. Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Educação.

Lourenço, A. P. (2010). *O Invisível da Sociedade, Crianças e Jovens em Risco*. Lisboa.

Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilibrios.

Melo, A. T. & Alarcão, M., (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: Proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*. v. 1, (21), p. 55-64.

Nações Unidas (1990). *Convenção sobre os direitos da criança*. Retirado de <http://www.unicef.pt/>.

Pereira, A. I., Goes, A. R., & Barros, L. (2015). *Promoção da Parentalidade Positiva: Intervenções Psicológicas com Pais de Crianças e Adolescentes* (1ª ed.). Lisboa : Coisa de ler.

- Pinheiro, M., R., (2009). *Análise SWOT, Planeamento e Avaliação Educacional*.
Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra.
- Pinheiro, M., R. (2009). *Lista de Verificação para a Planificação de Programas: uma
tradução da Checklist for Planning Programs de Caffarella (2002)*. Coimbra:
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Quingostas, A., (2011). *Um programa de educação/treino parental Parentalidade positiva
“Pais atentos... Pais presentes”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto
Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Ribeiro, M., (2003). *Ser família: Construção, implementação e avaliação de um programa
de educação parental*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de
Educação e Psicologia Universidade do Minho, Braga.
- Santana, S. (2002). *Análise Social. Um conceito em formação, uma temática de sempre*.
- Webster-Stratton, C. (2001). *The parent and child series: A comprehensive course
divided into four programmes – Leaders’ guide*. Seattle: *The Incredible Years*.
- Webster-Stratton, C., Reid, M. J., & Beauchaine, T. P. (2011). *Combining Parent and
Child Training for Young Children with ADHD*. *Journal of Clinical Child and
Adolescent Psychology*, 40, 1- 13. doi: 10.1080/15374416.2011.546044.

Williams., F. (2010). *Repensar as famílias*. Fundação Calouste Gulbenkian. Principia Editora, Portugal.

Parte III

ANEXOS

Anexo 1 – Calendário do Programa

Anexo 2 - Descrição das Sessões

Anexo 3 – Questionário de Avaliação das Sessões

Anexo 4 – Questionário de Avaliação Final da Formação

Anexo 5 – Diploma Final

Anexo 6 – Digitalização das Avaliações Finais

Anexo 7 – Trabalho final realizado por formanda

Anexo 8 – Apoio e arrumação dos materiais da sessão

Anexo 9 – Exemplos de recompensas dadas nas sessões

Anexo 10 – Esquema da Análise SWOT